

## Identidade e gênero:

reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine

Vagner Matias do Prado

Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi

Arilda Ines Miranda Ribeiro

**Como citar:** PRADO, V. M. D.; GIORGI, C. A. G. D.; RIBEIRO, A. I. M.  
Identidade e gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain  
Touraine. *In* : BRABO, T. S. A. M. (org.). **Mulheres, gênero e violência**.  
Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.73-96.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-636-7.p73-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO 4

## IDENTIDADE E GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE FEMINISMOS E O PENSAMENTO DE ALAIN TOURAINE

*Vagner Matias do Prado*

*Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi*

*Arilda Ines Miranda Ribeiro*

### INTRODUÇÃO

A história das relações sociais ocidentais é erigida a partir de pensamentos binários que tendem a classificar os sujeitos por intermédio de regras de comportamentos e condutas morais reconhecidas como “apropriadas” para determinado grupo. No que se refere aos modos de subjetivação que instituem a representação de uma identidade, se reconhecer (e ser reconhecido) como homem ou mulher, masculino ou feminino são mecanismos que passam a ditar as regras de (con)vivência entre os sujeitos em sociedade.

As relações estabelecidas entre sexo, gênero e práticas sexuais podem ser tomadas como exemplos desse processo de construção de significados. Quando paramos para pensar nas condutas de gênero esperadas socialmente, deveríamos compreender que em cada cultura, há seu tempo e de acordo com seus códigos valorativos, significa e interpreta o que é masculino ou feminino de diferentes maneiras.

O termo “gênero” que, grosso modo, explicitaria os símbolos culturais que atribuem significados de masculinidade ou feminilidade aos cor-

pos é o foco de problematização do presente texto. Contemporaneamente, muitos estudos abordam as relações sociais de gênero a partir de diferenciados contextos, inclusive ao articular reflexões sobre a construção da masculinidade e/ou feminilidade com marcadores de classe social, raça/etnia, religião, categoria geracional, nacionalidade etc. Contudo, as bases de que se utilizam para suas reflexões podem ser distintas e, inclusive, contraditórias. Assim, para muitos posicionamentos e análises críticas, se perceber e ser percebido no mundo a partir da perspectiva de gênero pode se caracterizar como fator crucial para a instituição de subjetividades normalizadas e reprodutivistas ou potencializar formas de ação atuantes e críticas.

Procuramos explicitar duas maneiras pelas quais o gênero pode ser compreendido, tanto na escrita acadêmica quanto a partir de reflexões culturais. Intencionamos propor um início de conversa sobre a compreensão pós-estruturalista do conceito, representado aqui pelos estudos feministas pós-década de 1980, e as reflexões evocadas pelo pensamento de Alain Touraine, que atribui às mulheres a condição de sujeitos de transformação social.

Nossa investida não pretende realizar uma análise comparativa entre os pontos de vistas da perspectiva feminista e do sociólogo francês. Acreditamos que visibilizar novas possibilidades de compreensão teórica sobre os processos de constituição dos sujeitos, bem como sua potencialidade de ação social, pode contribuir para refletirmos sobre o papel da Educação na construção de condições de possibilidades para uma atuação humana crítica e transformadora.

## **O CONCEITO DE GÊNERO PARA A TEORIA FEMINISTA E SEU IMPACTO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS**

Mas afinal, a que estamos nos referindo quando falamos em gênero? Segundo Joan W. Scott (1995), o termo gênero, em uma análise literal, começou a ser utilizado pelo Movimento Feminista Contemporâneo para se referir à construção social das relações entre os sexos. O sexo biológico passou a ser questionado como a marca capaz de explicar as diferenças e desigualdades sociais atribuídas a mulheres e homens. A definição de gênero proposta por Scott chama a atenção para dois aspectos: 1°. O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebi-

das entre os sexos; 2°. O gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder (SCOTT, 1995).

Para essa perspectiva desenvolvida pelo pensamento feminista, o gênero se constituiria sobre corpos que passaram por processos culturais de “genitalização” e “sexualização”. O processo de genitalização poderia ser compreendido pela necessidade cultural de se atribuir um sexo biológico a um corpo, uma marca capaz de instituir a ideia de naturalização da diferença sexual (BOZON, 2004; LAQUEUR, 2001; PRECIADO, 2011; WITTIG, 2006). Essa seria uma forma primária de classificar os sujeitos em machos e fêmeas e justificar que homens e mulheres seriam diferentes por “natureza”.

Já a sexualização nos remete a compreensão das constantes tentativas de se construir um “instinto sexual” para os sujeitos. Dessa maneira, os seres humanos ao serem guiados por um “instinto natural”, por uma “energia libidinosa” ou por uma “pulsão”, procurariam se relacionar erótico-afetivo-sexualmente com sujeitos de um sexo biológico oposto. Esse “despertar” da sexualidade seria decorrência de outra ação “instintiva”, a necessidade de perpetuação da espécie.

Foi a partir dessa significação cultural em torno das diferenças construídas sobre certa compreensão biológica de corpo que se tornou possível a construção de uma sociedade que tenta, a todo custo, adequar os sujeitos em categorias como homens ou mulheres. Essa adequação desencadeia uma série de representações sociais de que as condutas, comportamentos, atitudes e “sentimentos”, também possuem uma diferenciação, fato este que, muitas vezes, passa a justificar a “inferioridade” de um sujeito (ou prática) em relação a outro(s) (PRADO, 2010).

A partir das reivindicações feministas, principalmente as oriundas da década de 1960, o conceito de gênero passou a ser enfatizado como o responsável pela diferenciação e categorização social dos seres em masculinos ou femininos (LOURO, 2004; HALL, 2003; SILVA, 2002). A nova interpretação para o conceito acabaria por denunciar algumas “verdades” biológicas, no sentido de que a biologia não seria eficaz em suas tentativas de “explicação” sobre a constituição de diferentes posições de sujeitos que mulheres e homens ocupam na convivência social. Dessa forma, ser considerado homem ou mulher a partir das condutas que adotamos socialmente,

das roupas que vestimos, das brincadeiras, jogos ou modalidades esportivas que praticamos dos objetos lúdicos de que gostamos, de características físicas e gestuais ou até mesmo ao se valer de uma marca anatômica que “desvelaria” a essência dos sujeitos, é algo complicado, para não dizer reducionista.

Guacira Louro (2004) reforça esse argumento ao analisar que o conceito de gênero não visa à negação do corpo, mas enfatiza a deliberada construção histórica e social sobre o aparato biológico. Ao seguir a mesma linha de raciocínio de Louro, Helena Altmann (1998, p. 9) relata que a “ênfase dada pelo conceito de gênero à construção social das diferenças sexuais não se propõe a desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas a considerar que, a partir destas, outras [diferenças] são construídas”.

Entretanto, o que não parece ficar claro em muitas teorizações feministas e em alguns estudos de gênero, é de que a própria noção de “corpo” possui significados culturais diferenciados dependendo do grupo social analisado. Assim, as leituras sobre gênero acabam dando brecha para uma espécie de “dependência” do gênero em relação ao sexo biológico, ou seja, a construção de gênero se faz a partir, e não fora, da biologia.

Segundo a teórica feminista Linda Nicholson (2000) essa utilização do conceito de gênero acaba por não questionar o sexo biológico como a base para a construção identitária dos sujeitos. Para a autora, a distinção promulgada pela visão feminista entre “sexo” e “gênero”, não conseguiu desvincular o pensamento humano da biologia.

Ao desenvolver sua argumentação, Nicholson demonstra que o conceito de gênero foi pensado em duas grandes matrizes. A primeira procurava compreender o gênero como “oposto” ao sexo. Nessa visão, a leitura permitida direcionaria nosso pensamento a uma oposição binária entre o que é construído com base no social e o que é marcado pela natureza. Na segunda compreensão do conceito, e que segundo a autora foi ocultada nas teorizações feministas a partir do final dos anos 1960, o gênero seria concebido como referente a todas as construções sociais que distinguem o masculino do feminino, inclusive a compreensão de corpos biológicos distintos (NICHOLSON, 2000, p. 9 – 11).

Segundo Judith Butler (2003), a cisão radical entre sexo e gênero é fictícia. Não faz sentido acreditar que o gênero é simplesmente a interpreta-

ção cultural do sexo, pois nesse caso, a categoria sexo é tomada como natural e a-histórica. A noção de gênero também deveria ser estendida aos processos de produção social mediante os quais a própria ideia de sexo e de diferença sexual é construída. Para Butler (2003) o gênero deve ser explorado como um meio discursivo no qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, ou seja, como não cultural.

Em seu livro *“A invenção do sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud”*, Thomas Laqueur (2001) explora detalhadamente a hipótese da construção cultural dos sexos. O autor relata que a dedicação disponibilizada para se construir um modelo de distinção biológica entre o sexo da mulher e o do homem, foi inaugurada a partir do século XVIII. Segundo Laqueur (2001, p. 27):

O sexo, como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas a erro como a busca do *philosophe* por uma criança verdadeiramente selvagem ou os esforços do antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial. E acrescentaria ainda que o corpo provado, incluso, estável, que parece existir nas bases das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais.

Laqueur (2001) argumenta que o interesse em buscar evidências de dois sexos biológicos distintos só se efetivou a partir do momento em que essas diferenças ganharam interesse político. Nesse sentido, a ciência passou a explicar os “porquês” das diferentes posições que os gêneros ocupavam na sociedade, bem como a justificar as desigualdades existentes entre eles. “A política, amplamente compreendida como competição de poder criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem [e a mulher] vivia.” (LAQUEUR, 2001, p. 22).

As críticas de Nicholson ao conceito de gênero também procuraram evidenciar a “ocultação” da natureza cultural do sexo. A autora relata que ao não compreendermos o gênero como significativo também para as representações sobre o sexo, nosso pensamento nos remeteria a construir uma noção do conceito como uma espécie de “cabide”, no qual, sobre ele:

[...] são jogados diferentes artefatos culturais, especialmente os relativos a personalidade e ao comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizar sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aprovei-

tando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensava certas desvantagens. Quando se pensa o corpo como um “cabide” no qual são “jogados” certos aspectos de personalidade e comportamento, pode-se pensar no relacionamento entre os dados do “cabide” e aquilo que nele é jogado como algo mais fraco do que determinista, porém mais forte do que acidental. (NICHOLSON, 2000, p. 12).

Esse modelo acaba por promover uma noção causal entre “corpo, personalidade e comportamento”, sem que o corpo material seja questionado como a base para a construção de uma identidade. Dessa maneira, tanto o gênero quanto a sexualidade estariam relacionados com uma espécie de “fundacionalismo biológico”, ou seja, seriam determinados (fundados) pelo sexo (NICHOLSON, 2000, p. 12). Essa noção fundacionalista (que nos remete à idéia de fundar a partir de, construir) possui diferenças em relação ao determinismo biológico, porém, não consegue romper definitivamente com seus postulados. Dentre as “semelhanças” existentes poderiam ser destacadas a relação não tão “acidental” entre biologia e comportamento, pois a construção de gênero seria possibilitada a partir da biologia do sexo; e a compreensão de que as “constantes” da natureza são responsáveis por certas “constantes” sociais. Porém, o fundacionalismo biológico se distanciaria de pressupostos essencialistas devido à consideração, em sua gênese, de elementos sociais. Entretanto, apesar dessa visão permitir uma compreensão de que algumas diferenças entre homens e mulheres são construídas no plano social, essa leitura se faz de forma “limitada” e “problemática” (NICHOLSON, 2000, p. 13).

Para Butler (2003), a colocação do sexo em um domínio pré-discursivo, que existiria naturalmente sem a influência da cultura, assegura a estabilidade interna desse conceito. Nesse sentido, a categoria sexo não é problematizada como um atributo cultural, o que torna difícil a desestabilização do biológico como fundante das identidades de gênero e sexuais, e o questionamento de que o que é considerado masculino ou feminino é pura convenção.

Segundo Alice Itani (1998), quando nos referimos ao gênero é notório que nosso olhar acaba por promover uma classificação primária dos sujeitos. Um exemplo seria a diferenciação que é produzida pelo sim-

ples fato de “olharmos” mulheres atuando em posições ou profissões não consideradas “femininas”. A motorista de ônibus, a taxista, a jogadora de futebol, não raro, são contempladas com ares de zombaria ou de não preparadas para o exercício dessas funções. Assim, percebemos que através do gênero pode-se realizar uma primeira classificação e marcar uma diferença, antes mesmo que uma palavra ou uma atitude seja externalizada.

Ao resgatarmos a segunda definição para o conceito de gênero proposta por Joan Scott, a de que o gênero seria uma forma primária de significar as relações de poder, pensar o gênero também nos remeteria a analisar as relações de hierarquização que nomeiam as “diferenças” e estabelecem desigualdades. Com isso, algumas características ou “qualidades” são destacadas e enaltecidas, sendo que outras passam a ser subjugadas. Ainda ao seguir essa definição, não é difícil perceber que em nossas sociedades sexistas da contemporaneidade, características traduzidas e interpretadas socialmente como “masculinas”, são valorizadas.

Para nossas culturas machistas, também é inadmissível que um macho que transgrida ao modelo social de homem, porte características ou qualidades definidoras da masculinidade. Talvez essa seja uma das justificativas para que diversos dispositivos culturais, como, por exemplo, a mídia, explore a homossexualidade a partir de características socialmente reconhecidas como femininas, pois, dessa maneira, o sujeito homossexual acabaria por se adequar ao gênero feminino, o que o desqualificaria em dobro: por ser homossexual e por sua assimilação à inferioridade cultural em que a história do gênero feminino foi construída.

Nesse sentido, ficam claros os esforços sociais em se estabelecer uma relação entre homossexualidade masculina e o “universo feminino”, em uma tentativa de justificar os padrões de gênero socialmente instituídos. Ao ser considerado feminino um homem que expressa publicamente seus desejos e afetividades para com pessoas de seu mesmo sexo biológico, a normalização do gênero parece não ser abalada, dando ares de natural a esses comportamentos. Afinal, uma vez que, ao se sentir atraído afetivamente por outro de seu mesmo sexo biológico um homem não poderia ser considerado como masculino, o social requer sua (re)adequação ao feminino. Muitas vezes essa “efeminação” acaba realizada de uma forma exagerada, com ares de zombaria, para demarcar o quanto essa situação confere

ao sujeito que a porta uma condição de diferente ou esquisito, fato este muito observado em programas humorísticos que personificam sujeitos homossexuais.

Contudo, o gênero não deve ser encarado como uma categoria fixa que por si só é capaz de explicar os diferentes mecanismos de hierarquização e normalização da(s) masculinidade(s) ou feminilidade(s). O conceito deve ser compreendido de uma forma mais ampla e dinâmica. O gênero é uma categoria histórica, analítica e relacional, sendo que para produzir seus reais efeitos de diferenciação ele se articula com diversos discursos, artefatos culturais, sistemas de significação e categorias como etnia, religião, sexo, sexualidade, classe social, categoria geracional etc. (ALTMANN, 1998; LOURO, 2004; SCOTT, 1995, ANTUNES, 2010). Como nos alerta a estudiosa de gênero, raça e etnia Avtar Brah (1992, apud LOURO, 2004, p. 54):

[...] essas diferentes “estruturas” (ou, se preferirmos, esses vários “marcadores” ou categorias) – classe, raça, gênero, sexualidade – “não podem ser tratados como ‘variáveis independentes’, porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra – é constituída pela outra e constituinte da outra.

Heleieth Saffioti (2004) ao analisar a relação existente entre gênero, raça/etnia e poder, destaca que o homem não é culturalmente superior à mulher unicamente devido a seu gênero, mas também a sua cor. Segundo a autora, na ordem patriarcal em que o gênero se inscreve, o homem branco encontra sua segunda vantagem no sistema de produção de desigualdades sociais. Percebe-se assim que a categoria gênero se articula com outros marcadores sociais para produzir seus reais efeitos de poder, inclusive construindo hierarquizações no interior de um mesmo gênero, onde o homem branco é superior aos negros, latinos, asiáticos, muçulmanos etc. Nesse sentido, o homem, além de seu pertencimento étnico/racial, se for rico e cristão encontraria aí outras vantagens culturais para exercer o poder de marcação e definição de “outros” corpos, e “outras” identidades.

Outra contribuição que os estudos de gênero, a partir da perspectiva feminista, trouxeram para a compreensão dos processos culturais de constituição das feminilidades e masculinidades é a possibilidade do

questionamento de visões generalizadas dos sujeitos. A partir desse pressuposto não se considera um único padrão de “Mulher” ou de “Homem”; de tornar-se “Feminino” ou “Masculino”. “O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 2004, p. 23). Dessa forma, o entendimento do gênero não se faz homogêneo entre sociedades distintas, nem entre os membros de uma mesma sociedade.

Ainda, as reflexões sobre o gênero chamam a atenção para seu caráter constitutivo de uma identidade. Assim, o marcador social de gênero não nos remete a pensar o conceito como uma simples construção ou reprodução de papéis sociais. Segundo Louro (2004), a pretensão é compreender o gênero como *constituente* das identidades dos sujeitos:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero como *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 2004, p. 25, grifo do autor).

O gênero permite com que um sujeito se reconheça e reconheça os outros como agentes sociais. Louro (2004, p. 24) argumenta que, ao considerar o gênero como um mero “desenvolvimento de papéis sociais”, ficariam sem análises não só as diferentes maneiras de vivenciar as feminilidades e masculinidades, como também as complexas redes de poder (instituições, discursos, práticas, símbolos) que representam o masculino como superior ao feminino. As diferentes relações sociais, tanto entre sujeitos, quanto entre sujeitos e instituições, são constituídas e constituintes do gênero. O gênero atravessa a religião, o conhecimento científico, o currículo escolar, as práticas cotidianas, as mídias, dentre outros conglomerados que exercem suas pedagogias culturais de legitimação da ordem estabelecida. Como essas pedagogias também nos “fabricam” como sujeitos, o gênero passa a ser um dos elementos constituintes de nossas identidades e subjetividades.

Nesse sentido, o gênero não atribui somente determinado tipo de comportamento para mulheres e homens, ele também promove uma compreensão do “outro” e do mundo sob recorte de uma divisão contínua.

Sendo assim, seria interessante não só problematizar os dispositivos culturais que definem o que é masculino ou feminino, mas também as formas de “ser” masculino ou feminino detentoras de maior *status* para determinado grupo, e como o gênero está presente nos livros escolares, nos programas televisivos, nas revistas de entretenimento, nos brinquedos infantis, em nosso sistema jurídico, ou nas propostas de explicações científicas para o mundo (FURLANI, 2005; MORENO, 1999; RIBEIRO et al., 2008).

Como já argüido anteriormente, questões relacionadas ao gênero também podem ser interpretadas como uma espécie de “denúncia” sobre a sexualidade de determinado sujeito. Como nem todas as representações de masculinidade e feminilidade são reconhecidas pelo social, somente as que entram em acordo com as intencionalidades políticas desse meio é que se fazem “inteligíveis”. Segundo Judith Butler (2003), para muitas culturas ocidentais, os gêneros inteligíveis são os que mantêm uma “ordem de coerência” entre sexo, gênero e sexualidade, ou seja, um macho, que performatize uma representação masculina e configure sua orientação afetiva, erótica e sexual para a heterossexualidade; ou uma fêmea, feminina e também heterossexual.

Quando adentramos no meio cultural é notável o quanto diferentes discursos legitimam essa norma. Poderíamos citar como o exemplo certo discurso religioso, que prega a complementaridade do homem com a mulher; alguns discursos médico-científicos, que procuram “dissecar” e evidenciar provas “naturais” das diferenças anatômicas, fisiológicas e hormonais entre os sexos; parte do discurso jurídico, que não reconhece como cidadão ou cidadã de direitos muitos sujeitos que transgridem a essas normas; e muito do discurso pedagógico, que além da omissão frente ao reconhecimento de representações de sexualidade que se distanciam da lógica heterossexual, não promove questionamentos sobre o caráter cultural da construção e marcação das diferenças em uma tentativa de contribuir para extinguir manifestações de violência contra sujeitos LGBTTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros e Intersexuais).

Embora instigante, a perspectiva pós-estruturalista de problematizações sobre o gênero compartilha espaços acadêmicos com outras possibilidades de compreensão do termo e suas influências socioculturais. Em seu livro “*O mundo das mulheres*”, o sociólogo francês Alain Touraine

também se posiciona sobre o assunto ao considerar o gênero enquanto um mecanismo capaz de transformar as formas pelas quais os sujeitos se “sentem” e ocupam os lugares sociais. Embora paute suas discussões na perspectiva identitária, Touraine pode fornecer contribuições para (re)pensarmos os processos de resignificação dos sujeitos com base em suas ações cotidianas e não mais determinados por instituições sociais.

### ALAIN TOURAINE E A SOCIOLOGIA DA AÇÃO

A perspectiva de Alain Touraine é um tanto quanto diferente da proposta pelo pensamento feminista. Ao contrário de assumir o sujeito enquanto uma produção histórica, o autor propõe a compreensão do “sujeito pessoal”, ou seja, um autor capaz de empreender transformações sobre si sem que se encontre assujeitado às grandes estruturas sociais.

Embora possa trazer contribuições para diversas áreas de intervenção científica e social, o pensamento de Touraine parece não ser muito visibilizado na produção acadêmica brasileira. No que se refere as suas possíveis aproximações com a educação e os estudos de gênero, a omissão se torna mais visível. Nesse sentido, optamos por apresentar algumas de suas proposições sem a pretensão de “decifrar” o autor, pois, seus argumentos ainda se encontram inexplorados para as questões que propomos no presente texto.

Dessa maneira, apresentamos aos leitores um apanhado de citações, algumas traduzidas do francês, nas quais intencionamos expor ao leitor/a sua compreensão sobre a configuração social contemporânea, sua noção de sujeito e sua visão sobre o cenário ocupado pelas mulheres e suas capacidades de transformação social.

Antes de compreendermos sua visão acerca do gênero, principalmente no que se refere às experiências vivenciadas pelas mulheres, é necessário situar o entendimento de Alain Touraine sobre este momento histórico e a fonte de esperança que, para ele, está se desenhando na sociedade atual e se consubstancia essencialmente na noção de sujeito.

Touraine entende que vivemos em um momento em que o espaço público se estreita essencialmente por falta de referências comuns. É

como se, após mais de dois séculos passando da comunidade à sociedade, começássemos a trilhar o caminho inverso. Esta ruptura entre a técnica e os valores atravessa toda nossa experiência, individual e coletiva. Na arena política, os representantes se preocupam quase exclusivamente com o mercado mundial e os representados com sua vida privada. O espaço intermediário é ocupado apenas por chamamentos cada vez mais conservadores a valores e instituições que perderam já seu sentido.

Como viver juntos num mundo dividido em ao menos dois continentes cada vez mais distanciados entre si, das comunidades fechadas e secundárias e o econômico, cuja globalização nenhuma resposta traz para as angústias pessoais e coletivas? A este dilema, responde Touraine (1994, p. 21-22):

O único lugar onde se pode efetuar a combinação da instrumentalidade e da identidade, do técnico e do simbólico, é o projeto de vida pessoal, para que a existência não se reduza a uma experiência caleidoscópica, a um conjunto descontínuo de respostas aos estímulos do entorno social.

Este projeto é um esforço para resistir ao desmembramento da personalidade e para mobilizar uma personalidade e uma cultura em atividades técnicas e econômicas, de forma que a série de situações vividas forme uma história de vida individual e não um conjunto incoerente de acontecimentos. (Tradução nossa).

Touraine compartilha a visão de muitos outros sociólogos atuais, como Manuel Castells, Anthony Giddens e Octávio Ianni de que vivemos uma mudança radical em todo o mundo nas duas últimas décadas do século XX. Considerado enquanto um pensador “pós-moderno”, embora teça algumas críticas a esse respeito, seus trabalhos sugerem uma “sociologia da ação”, na qual os próprios sujeitos (compreendidos aqui enquanto agentes de ação) detém o poder para “moldarem” seus futuros. Assim, prossegue ele:

Em um mundo em mudança permanente e incontrolável, não há outro ponto de apoio senão o esforço do indivíduo para transformar as experiências por ele vividas em construção de si mesmo como ator. Este esforço para ser um ator é o que denomino SUJEITO, que não se confunde nem com o conjunto da experiência nem com um princípio superior que o oriente e lhe dê uma vocação. O Sujeito não tem outro conteúdo senão a produção de si mesmo. Não serve a nenhuma causa, nenhum valor, nenhuma outra lei senão a sua necessidade e seu desejo

de resistir a seu próprio desmembramento, em um universo em movimento, sem ordem nem equilíbrio.

Não podemos viver juntos, ou seja, combinar a unidade de uma sociedade com a diversidade das personalidades e as culturas, se não se põe a idéia de Sujeito pessoal no centro de nossa reflexão e de nossa ação. O sonho de submeter todos os indivíduos as mesmas leis universais da razão, da religião ou da história sempre se transformou em pesadelo, em instrumento de dominação, a renúncia a todo princípio de unidade, a aceitação de diferenças sem limites, conduz à segregação ou à guerra civil. Para sair deste dilema, este livro descreve o Sujeito como combinação de uma identidade pessoal e uma cultura particular com a participação em um mundo racionalizado, e como afirmação, por este mesmo trabalho de sua liberdade e de sua responsabilidade. Só este enfoque permite explicar como podemos viver juntos, iguais e diferentes. (TOURAINÉ, 1994, p. 21-22, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o sujeito é compreendido enquanto um agente combatente, engajado e crítico capaz de se libertar das amarras sociais. Essa libertação ocorre a partir dos embates por ele travados e garante a autonomia para sua reconstrução enquanto membro de determinado grupo ou sociedade.

Para Touraine, vivemos um processo de “desmodernização”. A afirmação mais forte da modernidade, a de que “somos o que fazemos”, já não corresponde à forma como sentimos a nossa vida: sentimos, pelo contrário, que nosso ser é cada vez mais alheio às condutas que nos fazem representar os aparatos políticos, econômicos e culturais que nos cercam com seu intenso fluxo de informações e mercadorias.

O Sujeito se constitui na reação simultânea contra a ditadura das comunidades e a ditadura do mercado, condição para a busca, por parte de cada indivíduo, das condições que lhe permitem ser ator de sua própria história. Os dois princípios fundamentais do Sujeito são a luta contra a lógica dos mercados e a das comunidades e a vontade de individuação. E não é senão como movimento social que esta vontade de individuação pode se realizar:

Quando eu falo do sujeito [...], ou seja, da construção do indivíduo como ator, é impossível separar o indivíduo de uma situação social. É em termos de ator e conflito sociais que é preciso definir o Sujeito: ele não

é nem um princípio que plana acima da sociedade nem o indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social, assim como o é a racionalidade instrumental [...]. O sujeito não existe senão como movimento social, como contestação da lógica da ordem, que esta tome uma forma utilitarista, ou seja, simplesmente a busca da integração social. (TOURAINÉ, 1994, p. 271-271, tradução nossa).

As patologias deste momento histórico não podem ser combatidas senão pelo apelo ao Sujeito:

Hoje, as formas de desintegração que nos parecem mais graves são as que impedem o indivíduo de atuar como Sujeito, as que descompõe sua personalidade, fazem com que não possa vincular seu passado e seu futuro, sua história pessoal e uma situação coletiva, e o encerram em uma adição. Também em relação a este ponto uma análise em termos de sistema foi substituída por outras que atribui uma importância central à capacidade de cada um, indivíduo ou categoria social, de ser ator de sua própria existência e manejar as mudanças que, sem esta capacidade, são vividas como uma série incoerente de acidentes. (TOURAINÉ, 1997, p. 272, tradução nossa).

Marília Veronese e Luiz Felipe Lacerda (2011) argumentam que Touraine se contrapõe as teorias sociais que tendem a imobilizar o sujeito enquanto vítima de condições sociais dificilmente superáveis. Ainda: “[c] ontrapõe-se às teorias estruturalistas, construindo uma concepção que busca a relativização do indivíduo e a libertação do sujeito, resgatando a perspectiva emancipatória, mas num contexto de pluralidade.” (VERONESE; LACERDA, 2011, p. 421).

Assim, Touraine diferencia o sujeito (capaz de ação e transformação) do indivíduo (um ser passivo e assujeitado às normas sociais)<sup>1</sup>. Para o autor somente os sujeitos detêm a capacidade de voltar-se para si em um processo para se desvencilhar das correntes de captura normativas. Nesse sentido, e em “auxílio” às proposituras pós-estruturalistas, o sociólogo empodera o sujeito enquanto autor de transformação social e resignificação de sua própria vida, o afastando de uma analítica vitimizadora, na qual ele somente seria um produto passivo dos mecanismos sociais de assujeitamento.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que para Touraine não é possível fazer uma cisão radical entre sujeito e indivíduo, pois, plenamente, o sujeito combatente, que confronta a ordem social a todo o momento, inexistente.

## “O MUNDO DAS MULHERES”: A MULHER ENQUANTO SUJEITO DE TRANSFORMAÇÃO

Para Touraine, dentro desta perspectiva da formação de sujeitos, o “papel” das mulheres é central e é sob esta ótica que ele aborda a questão de gênero. Vejamos como.

No livro em que discute o tema<sup>2</sup> Touraine começa por afirmar a contribuição absolutamente essencial de Judith Butler:

Tanto através da influência de um grupo de filósofas, tendo à sua frente Judith Butler, quanto pela difusão do radicalismo do grupo *queer*, ao qual muitas destas filósofas se incorporam, vimos então impor-se a idéia de que as normas de relacionamento entre mulheres e homens foram criadas com o objetivo de cimentar a hegemonia de um sistema social, aquele que dá o real monopólio às relações heterossexuais, privilegiadas por sua função de reprodução social através da criação das famílias e no interior das quais se instala uma dominação masculina fundada justamente no controle masculino das formas sociais de reprodução da espécie e conseqüentemente da sociedade. Idéia forte, que lança suas raízes na obra de Claude Levi-Strauss e que foi desenvolvida por Françoise Héretier, no primeiro volume de Masculino-Feminino (*MACULIN-FÉMININ*, 1996). Em criticando as categorias de homem e de mulher, o movimento *queer* dá uma forma radical a estas idéias, não somente reivindicando as categorias de gay e lésbica, mas negando a existência real destas categorias históricas. (TOURAINÉ, 2007, p. 16-17).

O livro feminista mais importante da geração atual, “*Gender Trouble*”, de Judith Butler (1990 e 1999), questiona a construção da noção mesma de mulher através de uma aproximação heterossexual que obriga o gênero feminino a ser indissociável da dualidade sexual dos machos e das fêmeas. Ela rejeita todo essencialismo, toda definição “interna” ou naturalista da feminilidade, que ela vê constituir-se através das práticas sociais, ainda que o pensamento dominante tenha definido a feminilidade como a razão de ser das condutas particulares das mulheres.

Touraine também aponta o papel essencial que teve o movimento feminista na mudança cultural do século passado e início deste.

O movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países e permanece mobilizado lá onde a dominação masculina ainda conserva sua força. É cada vez mais raro que o

<sup>2</sup> *O mundo das mulheres*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

reconhecimento de suas conquistas e de suas lutas a favor da liberdade e da igualdade não seja reconhecido. Entre os cidadãos dos países ocidentais, somente um pequeno número rejeita as conquistas e as ideias do feminismo. [...] O sucesso deste é tão completo que muitas jovens mulheres consideram evidente as liberdades que o movimento lhes permitiu conquistar, e não suportam o espírito “militante” político ou sindical, de grupos ou associações feministas que guardaram o espírito e o vocabulário do período dos grandes combates. (TOURAINÉ, 2007, p. 19).

Mas Touraine, que já traz no título do primeiro capítulo do seu livro (2007) a questão: “será que as mulheres querem extinguir as mulheres?” argumenta que a afirmação da identidade feminina enquanto tal é o que ele encontrou em sua pesquisa, no qual, em conjunto com suas auxiliares de trabalho, entrevistou, especialmente através de discussões em grupo, centenas de mulheres no mundo inteiro, ao mesmo tempo em que esclarece que se trata de uma recriação, por parte delas, de suas identidades.

Sua pesquisa realizou duas séries de entrevistas individuais e grupos de discussão. Na primeira, ocorrida na França, realizou sessenta (60) entrevistas e três (3) reuniões com grupos de discussão. Na segunda série, utilizando a mesma metodologia e quantidade de narrativas, entrevistou mulheres muçulmanas. Para o autor as mulheres, diferentemente da maioria dos estudos que falam pelas mulheres ou sobre elas, não acreditam no necessário desaparecimento da identidade feminina, não se consideram vítimas, até mesmo quando sofrem injustiças ou violências. Também argumenta que as mulheres carregam “dentro delas” projetos positivos bem como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas (TOURAINÉ, 2007). Dessa maneira, advoga que as mulheres demonstram fugir da representação comumente aceita de possuírem uma vida dominada que impossibilita a formação de atores e de movimentos sociais.

Esta apresentação da impostação de minha pesquisa não significa absolutamente que eu rejeite a priori todo o trabalho de desconstrução já realizado, e geralmente levado ao extremo, como se eu pretendesse voltar a uma imagem de mulher da qual me faria defensor de suas funções e valores próprios, afirmando sua liberdade para além das formas de dependência e desigualdade, cuja existência seguramente ninguém negaria. Muito pelo contrário, assumo como ponto de partida o imenso trabalho crítico realizado nas últimas duas gerações. (TOURAINÉ, 2007, p. 23).

A “identidade” feminina por ele referida se processa no momento em que as mulheres assumem a condição de sujeitos. As mulheres, ao contrário dos homens, possuem maior capacidade de se portarem como sujeitos uma vez que, devido à omissão histórica a que foram submetidas, demonstram disposição para tornarem-se criadoras e conscientes sobre suas atuações sociais. Para o autor a identidade feminina requerida pelas mulheres que entrevistou se recria nas ações das próprias mulheres, portanto completamente diferente e até antagônica à idéia de uma “natureza feminil”:

A existência de uma natureza feminina deve ser rejeitada. Eu afirmei: a análise das condutas das mulheres começa com o reconhecimento do fato de que o gênero é uma criação do poder do macho, direta e indiretamente, e que esta noção de gênero, que foi útil na luta contra o essencialismo e o naturalismo, deve ser criticada. É sobre as ruínas desta noção, tão ativamente destruída pelas feministas radicais e particularmente pelo grupo *queer*, que vão se formando raciocínios que podem seguir sentidos muito diferentes, mas que sempre têm em comum um ponto de partida crítico ao qual ninguém saberia renunciar. Buscando mostrar que as mulheres se afirmam como tais, se dão por objetivo principal a construção de si mesmas enquanto sujeitos livres e pensam que é através da sexualidade que se realiza este esforço de construção – com ou sem sucesso -, eu escolhi aqui o mesmo ponto de partida daquelas que decidiram derrubar a dominação exclusiva do modelo heterossexual pela dominação masculina e que negaram o lugar central concedido tradicionalmente à dupla homem/mulher, substituindo-o por uma pluralidade de formas mutáveis e parciais de sexualidade. (TOURAINÉ, 2007, p. 23-24).

Percebe-se que a identidade feminina preconizada foge ao modelo tradicional de mulher que se submete a polarização binária “homem-mulher”. Uma vez que a dominação masculina se insere no âmbito da sexualidade, as mulheres, ao tomarem o controle sobre os seus corpos, romperiam com essa dominação. Para Touraine (2007, p.164) “esta sociedade pode ser chamada sociedade das mulheres porque ela se fundamenta na inversão da dualidade e da hierarquia as mais fortemente instaladas, aquelas que distinguem e opunham homens e mulheres.” Neste momento, Touraine, portanto, assume plenamente algumas das idéias expostas na parte inicial deste artigo. Prossegue ele:

Isso as levou a admitir a grande importância dos homossexuais, gays ou lésbicas, mas também dos transexuais e bissexuais, dos drags, dos travestis e de muitos outros grupos antes definidos mais por formas de sexualidade do que pelo sexo do parceiro ou da parceria. Sem este trabalho de crítica radical das idéias estabelecidas, não me teria sido possível construir uma análise livre de todo naturalismo e de toda psicologia que, como o veremos ainda, se apóia numa concepção da história cultural que faz das mulheres, por tanto tempo definidas por uma inferioridade sofrida, as agentes principais na superação de um modelo de modernização “polarizada”, construído sobre a distância e as maiores tensões entre os “superiores”, que são os homens, e os “inferiores”, dentre os quais estão as mulheres. Este modelo atualmente está em ruínas, e nosso mundo tenta recompor um novo universo social e cultural não somente libertado desta polarização, mas capaz de re-unir o que tinha sido separado e de costurar o que tinha sido estraçalhado, e são as mulheres que estão mais engajadas nesta recomposição da experiência vivida. (TOURAINÉ, 2007, p. 23-24).

Assim, ele esclarece a abordagem do tema e o objetivo central do trabalho realizado por meio de duas entradas:

por um lado, ele [o livro] busca pesquisar as mulheres enquanto atrizes de suas vidas, para além de suas exigências de libertação; e, por outro, através das palavras e dos atos das mulheres com os quais dialogamos, ele busca descobrir os movimentos profundos que testemunham uma mudança cultural – e principalmente esta recomposição do mundo que acabo de evocar, cuja demanda aparece de diversas formas nos dias de hoje. (TOURAINÉ, 2007, p. 23-24).

Vejamos então o que ele encontra, nesta reconstrução da identidade feminina operada pelas mulheres:

O pós-feminismo atual tende a dar novamente prioridade à sociedade civil e, sobretudo, à vida pessoal, em face de um universo político cada vez mais desligado da experiência vivida, mas ao qual muito frequentemente os discursos interpretativos conferem uma prioridade absoluta, a tal ponto de negar as possibilidades de uma ação criadora e inventiva. E se este livro tem um mérito, é primeiramente o de fazer entender a palavra das mulheres e tornar claro que esta palavra é muito diferente do que se diz e se escreve sobre elas, e que esta palavra é até mesmo oposta às idéias dominantes.

Este livro, seu título e seus principais resultados podem suscitar mal-entendidos. Eu não afirmo que entramos em uma sociedade dominada pelas mulheres na qual a doçura, a sensibilidade e a preocupação pelo outro substituiriam a força, a racionalidade e a ação instrumental, que foram as características dominantes das sociedades das quais somos originários e que, em geral, foram dominadas pelos homens – estes homens que impuseram sua personalidade e seus métodos. Eu rejeito completamente e até mesmo com impaciência, tudo aquilo que parece introduzir a idéia de uma feminização da sociedade. Uma idéia destas é tão pouco fundamentada quanto a idéia de masculinização que acompanha a chegada de uma minoria de mulheres aos postos de direção. O que foi dito aqui é muito diferente. O modo de industrialização ocidental foi polarizado: ele opôs uma elite dirigente, efetivamente masculina, poderosa, instruída, às categorias definidas pela inferioridade e pela dependência. Assalariados, colonizados e mulheres foram as mais importantes categorias que não recebiam outro sentido a não ser aquele que lhes era imposto de fora. Este modelo social perdeu sua força, e igualmente sua duração, na medida em que as categorias dominadas rebelaram-se e exigiram respeito aos seus direitos. (TOURAINÉ, 2007, p. 160-161).

Assim, Touraine mostra como as mulheres são hoje o sujeito central de um novo modelo cultural emergente:

Este estudo se fundamenta na idéia de que existe um princípio desta natureza e que este princípio já exerce uma importante ação mobilizadora: é a busca de reconstrução e de reintegração dos elementos que tinham sido separados pelo modelo europeu de modernização. Este é o sentido da ecologia política e, em grande medida, dos movimentos alteromundialistas. Mas a categoria concreta que exerce o papel principal na invenção deste novo modelo cultural, profundamente oposto daquele que dominou nossa experiência de modernização, é a categoria das mulheres, pois elas foram a categoria humana mais concretamente e mais totalmente dominada. São as mulheres que formulam os grandes temas da reconciliação entre o corpo e o espírito, o passado e o futuro, o privado e o público, o interesse e a emoção, a ordem e o movimento e, acima de tudo, as mulheres e os homens. (TOURAINÉ, 2007, p. 160-161).

E, ao final do livro (TOURAINÉ, 2007), ele explicita o papel central das mulheres enquanto figura privilegiada do sujeito no mundo atual.

É assim que, à primeira vista, a escuta das mulheres de origens diversas fixou nossa atenção na prioridade que elas muito espontaneamente dão às relações com o corpo, com a sexualidade e com a família, antes que para a situação de trabalho e emprego – cuja importância nunca foi negada. Nós não percebemos duas culturas face a face ou mesmo a passagem de uma para a outra, mas uma dupla ambivalência em relação à cultura de origem e à cultura “moderna” e racionalista. O que deixa um grande espaço de construção – vitoriosa ou não – de si como sujeito. É decididamente a capacidade de criar-se como sujeito que determina as condutas que muito superficialmente descremos em termos de adaptação, de rejeição ou de conflito. E a construção das mulheres como sujeitos começa através das lutas pela igualdade, mas somente se afirma realmente com a reivindicação de sua diferença.

A idéia de sujeito nos faz entrar num mundo onde o ser humano, ao invés de mobilizar-se para conquistar dinheiro, poder ou celebridade – ou não importa quais outros tipos de bens materiais ou simbólicos – busca transformar a si mesmo, ou tornar-se seu próprio fim. (TOURAINÉ, 2007, p. 183-184).

### As mulheres, então:

[...] não são apenas vítimas, mas atrizes que consolidam suas funções com uma vitalidade raramente encontrável em outras categorias sociais. Da mesma forma que foi possível identificar a existência de um movimento operário lá onde outros apenas viam os efeitos das crises do capitalismo, eu creio ter conseguido fazer entender palavras mais afirmativas e confiantes do que se podia imaginar. A segunda é que as mulheres situam a nova função que elas assumem num processo de inversão social que nos faz passar de uma sociedade cujo dinamismo vem do acúmulo de recursos nas mãos de alguns poucos, o que implica conseqüentemente enormes tensões, para um outro tipo de sociedade que se esforça para remendar o que tinha sido rasgado e busca substituir as escolhas brutais anteriores por soluções que provocam reações ambivalentes, e às vezes até difíceis de ser assumidas, mas que em face daquelas escolhas radicais que muitos julgam insuportáveis, são preferíveis. É por isso que eu defendo, com efeito, a idéia de que os debates e conflitos que giram em torno da situação, da ação e dos direitos das mulheres são os mais importantes na atualidade. O que deve ser afirmado com mais força já que hoje em dia as lutas femininas parecem passar para um segundo plano.

A inversão que nos faz passar de uma sociedade de conquistadores do mundo para uma sociedade da construção de si, obviamente, substitui a sociedade dos homens por uma sociedade das mulheres. Mas

não existe nenhuma razão para imaginar que agora a inferiorização das mulheres pode ceder seu lugar à igualdade. As mulheres, hoje, têm mais capacidade do que os homens de se portar como sujeitos. E isso porque elas carregam consigo o ideal histórico de recompor o mundo e de superar os dualismos antigos, e porque assumem mais diretamente a responsabilidade com seu corpo, com seu papel de criadoras da vida, com a própria sexualidade. (TOURAINÉ, 2007, p. 191-192).

### ALAIN TOURAINÉ E TEORIA (PÓS)FEMINISTA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS?

Finalizando esse texto, podemos dizer que o objetivo do mesmo foi traçar um paralelo entre o que alguns pensadores e pensadoras feministas e/ou de inclinação pós-estruturalista conceituam sobre os termos Identidade e Gênero e a exposição do pensamento de Alain Touraine e sua consideração sobre as mulheres enquanto sujeitos de transformação social. No que diz respeito às reflexões elaboradas pode se inferir que ambos se aproximam quando reconhecem a necessidade de superação das dicotomias sexo-gênero ou indivíduo-sujeito, bem como quando reconhecem a necessidade de superação das hierarquias e desigualdades sociais. Também assumem uma postura crítica no que se refere ao rompimento com as normatizações postas e reconhecem a potência inventiva dos sujeitos enquanto instrumento para a reconstrução de si.

As aproximações, no entanto, param por aí. Alain Touraine, diferentemente dos/as pensadores/as feministas, admite que gênero é uma categoria analítica e relacional, mas não evoca o fato de que ele se articula com os diversos discursos, nos múltiplos artefatos culturais dispostos pela sociedade. Em sua pesquisa entrevistou mulheres de diferentes nacionalidades, todavia, parece homogeneizar suas experiências, pois não evidencia possíveis singularidades circunscritas a questões culturais, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual ou de classe que atribuem significados múltiplos às experiências femininas.

A perspectiva do sociólogo francês parece se contrapor quando ao evocar três espaços sociais que dividem a experiência (o individual, o intermediário e o coletivo) nomeia o projeto de vida pessoal como o *locus* da mudança, apesar de não separar o indivíduo de uma situação social. Sua compreensão sobre as potencialidades de transformação social se confunde

quando trata, em seus argumentos, de sujeito e indivíduo, uma vez que para o próprio autor essas “formas de atuação” são concomitantes e dividem espaços nas experiências singulares.

Parece que Touraine destina apenas as mulheres o dever de uma ação mobilizadora, “pois elas foram a categoria humana mais concretamente e mais totalmente dominada.” Seria a partir da experiência do sofrimento e omissão histórica que elas se tornam “mais” capazes de proporem rupturas e mudanças nos modelos hegemônicos de dominação. Contudo, parece ocultar que a transformação, por intermédio dos sujeitos, também necessita levar em consideração a superação dos modelos estruturais erigidos em uma ótica machista e patriarcal. Reconhece a importância das lésbicas, gays, travestis, transgêneros, intersexs, bissexuais, mas não os convoca. Touraine se fixa apenas nas “mulheres” como se fossem um universo unívoco, com a missão de “carregarem consigo o ideal histórico de recompor o mundo e de superar os dualismos antigos [...] com seu papel de criadoras de vida, com a própria sexualidade.” (TOURAINÉ, 2007, p.191-192).

Em contrapartida, a perspectiva pós-estruturalista, não raro, condena o sujeito a uma vida reproducionista, incapaz de romper com os modelos padronizados que são distribuídos no plano social. Com isso, a noção de “agência” e a potência transformadora acionada por ações práticas, parecem não se configurar enquanto mecanismos de (re)construção da cultura, dos espaços sociais e da própria vida.

Ao contrário das rígidas críticas, por vezes inflexíveis, erigidas pela perspectiva feminista de inclinação pós-estruturalista ou *queer*, Touraine contempla a possibilidade de ação humana enquanto fator de transformação social. Ao valorizar as experiências de vida e as ações cotidianas, empodera os autores sociais e os convoca às mudanças através do processo de “tornar-se sujeito”. Dessa maneira, é possível compreender que os considerados enquanto “minorias” como, por exemplo, sujeitos LGBTTTI, na acepção proposta por Touraine, são capazes de construir outras configurações sociais que, inclusive, provocam alterações nos rígidos processos de construção identitária.

Nossa intenção não foi propor uma análise comparativa entre as perspectivas aqui expostas. Antes, apresentar múltiplas maneiras de compre-

ensão e provocação sobre o conceito de gênero, e como o mesmo se articula durante o processo de constituição das relações sociais, entre elas, as identitárias. Não é o caso, no presente texto, de defender uma ou outra visão, tampouco nos posicionarmos acerca dos debates e conflitos gerados pelas lutas feministas, porque a sociedade se modifica e nela conceitos como “homens e mulheres” são mutáveis. Para alguns/algumas, “ser” homem ou mulher permite o reconhecimento social e aciona possibilidades para transformações, para outros/as essas categorias nada mais são do que ficções sociais normalizadoras. Sendo assim, diálogos oriundos de novas proposituras teóricas poderiam ser produtivos não somente para a construção análises críticas dos processos sociais, mas também para ensaiar possibilidades de ação que contribuam para transformar os sujeitos e as relações existentes.

## REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. *Rompendo fronteiras de gênero: Maria (e) homens na educação física*. 1998. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- ANTUNES, P. P. S. *Travestis envelhecem?* 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BUTLER, J. *Problemas do gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- FURLANI, J. *O bicho vai pegar! um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis*. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 119 -134.

- LAQUEUR, T. *A invenção do sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp, 1999.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9 – 40, 2000.
- PRADO, V. M. do. *Sexualidade(S) em cena: as contribuições do discurso audiovisual para a problematização das diferenças no espaço escolar*. 2010.159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- PRECIADO, B. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama, 2011.
- RIBEIRO, P. R. C. et al. (Org.). *Educação e sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia...* Rio Grande: FURG, 2008.
- SAFFIOTI, E. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- TOURAINÉ, A. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre em la aldea global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1997.
- VERONESE, M. V; LACERDA, L. F. B. o sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, 2011.
- WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: EGALES, 2006.